

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE ENFERMAGEM

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ENFERMAGEM

Elaborado em Outubro de 2004
Atualizado em Setembro de 2008

BELÉM-PARÁ
Setembro/2008

APRESENTAÇÃO

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.*

*De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

João Cabral de Melo Neto

A elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem com a participação da comunidade acadêmica, configurou-se como o grande desafio que a atual gestão do curso decidiu assumir. Esta decisão foi motivada pela necessidade de promover mudanças na formação do enfermeiro generalista, com visão humanista, crítica e reflexiva, capacitado a atuar com responsabilidade social e compromisso com a cidadania, na promoção da saúde integral do ser humano.

Anteriormente, outra iniciativa havia sido constituída sem ter sido levada a efeito no âmbito institucional. Mas, com o advento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Enfermagem, instituídas pela Resolução nº 3, de 7 de novembro de 2001, houve a necessidade da (re)elaboração do projeto de funcionamento do curso para promover o atendimento das demandas legais e sociais.

Objetivamente, a renovação da estrutura curricular do curso pautou-se na integração de saberes que se encontravam fragmentados em disciplinas isoladas, na ampliação dos vínculos com a sociedade, através do desenvolvimento de um currículo voltado para a aprendizagem vivencial, comprometida com a prevenção, promoção e reabilitação da saúde humana e na articulação do bacharelado em Enfermagem com a licenciatura em Enfermagem.

Assim concebendo, o estudante de enfermagem, desde cedo, deverá estar integrado à realidade social, buscando ativamente a construção de seu

conhecimento através da conexão com a pesquisa e a extensão, para que os conhecimentos adquiridos possam ser colocados em prática de forma eficaz e que o processo educativo forneça as ferramentas necessárias para a mobilização do conhecimento.

No entanto, compreendemos que uma nova organização curricular por si só não garante a mudança desejada se não estiver associada à mudança na postura metodológica, na formação continuada e na avaliação permanente. Portanto, para desenvolver as competências desejadas, o curso irá trabalhar por problemas e projetos integrados, propondo constantes desafios aos estudantes.

E, pois, neste sentido, precisaremos estar “tecendo” um currículo, integrando saberes e práticas, estratégias, propósitos e inovando processos avaliativos na certeza de que, com isto, estaremos fortalecendo a formação do enfermeiro.

PROF^a MÁRCIA MARIA BRAGANÇA LOPES
DIRETORA DA FACULDADE DE ENFERMAGEM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE ENFERMAGEM**

Prof. Dr. **ALEX BOLONHA FIUZA DE MELO**

Reitor

Prof. Dr. **LICURGO PEIXOTO DE BRITO**

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dra **ELIETE DA CUNHA ARAÚJO**

Diretor do Centro de Ciências da Saúde

Profª MSc **MÁRCIA MARIA BRAGANÇA LOPES**

Diretora da Faculdade de Enfermagem

Profª MSc **AMARILES MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA PACHECO**

Vice Diretora da Faculdade de Enfermagem

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE: FACULDADE DE ENFERMAGEM

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENFERMAGEM. Belém,
UFPA. 2008.

p. 88

1. Contextualização – Estado do Pará 2. Universidade Federal do Pará 3. O Curso de Graduação em Enfermagem – UFPA 4. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem - UFPA

I. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENFERMAGEM

COD. 610-73

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENFERMAGEM

ELABORAÇÃO

PROF^a MSC MÁRCIA MARIA BRAGANÇA LOPES

PROF^a MSC SANDRA HELENA ISSE POLARO

PROF^a MSC VERA LÚCIA DE AZEVEDO LIMA

PROF^a ESP. LÚCIA DE FÁTIMA CORDEIRO DE SOUZA MÜLLER CHAVES

PROF^a MSC MARIA AMÉLLIA FADUL BITAR

PROF^a MSC AMARILES MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA PACHECO

PROF^a ESP. IRACEMA SOUZA ARAÚJO

PROF^a MSC BERENICE DE MORAIS PINTO

PROF^a ESP. HILMA SOLANGE LOPES SOUZA

PROF^a MSC IOLANDA MARIA SILVA CORREA

SISTEMATIZAÇÃO

PROF^a MSC MÁRCIA MARIA BRAGANÇA LOPES

PROF^a MSC SANDRA HELENA ISSE POLARO

PROF^a MSC VERA LÚCIA DE AZEVEDO LIMA

PROF^a ESP. LÚCIA DE FÁTIMA CORDEIRO DE SOUZA MÜLLER CHAVES

PROF^a DR^a MARY ELIZABETH DE SANTANA

PROF^a MSC AMARILES MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA PACHECO

PROF^a MSC ANA PAULA OLIVEIRA GONÇALVES

CONSULTORIA

PROFA. DRA. IARA DE MORAES XAVIER
COORDENADORA GERAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DAS CONDIÇÕES DE ENSINO
– INEP/MEC

ATUALIZAÇÃO

PROF^a MSC MÁRCIA MARIA BRAGANÇA LOPES

CONSULTORIA

SUMÁRIO

	Pág.
APRESENTAÇÃO	
I. CONTEXTUALIZAÇÃO - ESTADO DO PARÁ	8
1.1 Indicadores Sócio Econômicos	10
1.2 Indicadores Epidemiológicos	13
1.3 Infra-Estrutura da Rede de Saúde	14
1.4 Municipalização da Saúde	14
1.5 A Educação Básica e Profissionalizante no Estado do Pará	14
II. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA	14
2.1 Missão	19
2.2 Visão	19
2.3 Princípios Norteadores	20
III. O CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - UFPA	21
3.1 Considerações Iniciais	21
3.2 Disciplinas e Respectivos Departamentos de Ensino	24

3.3 Recursos Humanos	27
IV. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - UFPA	30
4.1 Licenciatura em Enfermagem	31
4.1.1 Áreas Temáticas Afins à Licenciatura em Enfermagem	33
4.2 A Necessidade de Mudança	33
4.2.1 Dimensão Conceitual	33
4.2.2 Dimensão Normativa	37
4.2.3 Dimensão Estrutural	38
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	59
ANEXOS	

I. CONTEXTUALIZAÇÃO - ESTADO DO PARÁ

O Pará é o segundo maior estado do Brasil, com mais de um milhão de quilômetros quadrados e a maior bacia hidrográfica do mundo. Possui mais de cinco milhões de habitantes e invejáveis riquezas mineral, ecológica e cultural. As danças, músicas, lendas, mitos, artesanato e tradições fazem do Pará um estado singular e atraente. O Círio de Nazaré em Belém, a Marujada em Bragança, o Çairé em Santarém, os tapetes ornamentais na procissão de Corpus Christi em Capanema e Castanhal, o encanto barroco de Vigia, o bucolismo da Ilha do Marajó, as cavernas com inscrições rupestres e sítios arqueológicos em Monte Alegre, a arquitetura portuguesa nos casarões antigos em todo o interior e as belas praias paraenses, tudo faz parte dos “tesouros” encontrados nos 143 municípios do Pará.

Em parceria com o governo federal, o Governo Almir Gabriel colocou em prática um de seus projetos mais audaciosos: a eletrificação do Estado. Iniciado logo depois do primeiro mandato de Almir Gabriel, esse projeto concluído no final de 2002 com investimento em torno de R\$ 500 milhões.

O grande destaque desse projeto é o Tramoeste, levando energia para mais de 600 mil pessoas em 12 municípios e outras 126 localidades do Estado. O projeto Luz no Campo também está levando esperança para moradores de vilas e povoados rurais do Pará. Lançado em fevereiro de 2000, suas obras começaram em abril de 2001. No total, 300 mil moradores devem ser beneficiados com a distribuição de energia.

Mas não são apenas esses dois grandes projetos que geram energia para quem viveu durante décadas no escuro ou no racionamento. A implantação de outros sistemas de transmissão e distribuição de energia foi fundamental para que as mais variadas localidades do Pará recebessem luz e pudessem dar o pontapé inicial rumo ao desenvolvimento.

Com eletricidade, chega também a tecnologia. Isto permite às comunidades acesso à informação e à cultura, com programas de educação à distância e televisão. O trabalhador passa a ter melhor produtividade e mais qualidade de vida, não abandonando o campo para morar nas cidades, evitando o

êxodo rural. E essa fixação do homem no campo já é realidade. Os números do Censo 2000 do IBGE mostram que o Pará tem a segunda menor taxa de urbanização do país, correspondendo hoje a 66,5%.

Por muitos anos, os governos brasileiros enfrentaram a questão da saúde com medidas de intervenção e privilegiavam o modelo médico-assistencialista prioritariamente curativo, coerente com a concepção monocausal das doenças.

O resultado foi um momento grave caracterizado como *crise do setor de saúde*, tanto do ponto de vista dos altos gastos quanto no que se refere à ausência de respostas aos problemas de saúde da população, a partir do que surgiram as várias tentativas no sentido de neutralizar os efeitos dessa crise no setor e reorganizar os serviços de saúde.

A primeira delas foi o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento - PIASS, que já mencionava estratégias de hierarquização, regionalização e integração dos serviços, além da participação comunitária.

Paralelamente ao PIASS, e inserido nele, se esboçou um movimento voltado para a efetiva descentralização das ações e serviços de saúde, com a participação dos usuários na definição das políticas e o fortalecimento do setor público, em busca de maior qualidade e proximidade com as necessidades da população.

Em seguida, surgiu a estratégia das Ações Integradas de Saúde - AIS, que lançaram as bases precursoras do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde - SUDS, e este, por sua vez, já incorporava o pensamento do Projeto da Reforma Sanitária, elaborado na VIII Conferência Nacional de Saúde (Brasília, 1986) que apontava para um Sistema Único de Saúde.

O SUDS se constituiu em mais um passo para a construção do SUS, embora não tenha provocado mudanças significativas no modelo assistencial por conta da conjuntura em que se deu e dos entraves políticos, burocráticos e financeiros de Governo da Nova República. Também não aprofundou a proposta da municipalização e a questão da participação popular, elemento imprescindível para o sucesso das reformas propostas.

A luta do movimento pela Reforma Sanitária Brasileira influenciou decisivamente a inclusão de um Capítulo para a Seguridade Social e de uma

Seção para a Saúde na Constituição Federal de 1988, que institucionalizou a ampliação do conceito de saúde e o direito universal a ela, garantido mediante políticas sociais e econômicas, além de contemplar, quase na sua totalidade, os princípios defendidos na VIII Conferência Nacional de Saúde, para a construção de um Sistema Único, regionalizado, e hierarquizado com acesso universal igualitário, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- descentralização com direção única em cada esfera de governo;
- atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- participação da comunidade.

Isso tudo foi regulamentado nas Leis Nº 8.080 de 19/9/90 (Lei Orgânica da Saúde) e 8.149 de 28/12/90 (participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde). Esta última regulamenta a questão do controle social ao instituir a Conferência e o Conselho Nacional de Saúde, como instâncias colegiadas responsáveis pela avaliação da situação de saúde e proposição das diretrizes para formulação de políticas de saúde.

PACS - Agentes Comunitários de Saúde

PSF – Programa de Saúde da Família

No Estado do Pará, de 1995 a 1998, ocorreu um pequeno aumento da cobertura populacional em relação ao Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS (em 1995 = 0,42 /1.000hab e em 2002 =1,60/1.000hab), o mesmo sendo observado em relação ao Programa Saúde da Família que, de 1995 a 1998, obteve um incremento de 39 (trinta e nove) equipes e, de 1999 a 2002, de 283 (duzentas e oitenta e três) equipes.

No período de 1999 a 2002, a cobertura melhorou acentuadamente, sendo que, em 1998, 134 municípios paraense já executavam o PACS e 21 o PSF e, em 2002, estes números passaram para 141 e 85, respectivamente.

1.1 INDICADORES SÓCIO ECONÔMICOS

O Pará, que em conjunto com os estados do Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins integra a região norte do Brasil, encontra-se a

uma distância de aproximadamente 2.347 km de Brasília, a capital federal, com acesso pela rodovia BR 010.

Com uma superfície de 1.247.702,7 Km² de extensão, é a segunda maior área territorial do País, detendo 562 km de Costa Atlântica e 40% das águas interiores do Brasil. O estado possui cerca de 6.189.550 habitantes, 3.029.598 do sexo masculino e 3.159.952 do sexo feminino. No que se refere a urbanização, 66.5% de sua população residem em área urbana e 33.5% em área rural, com uma densidade demográfica de 4,39 habitantes por km² e taxa média geométrica de incremento anual de 2.94%.

Possui 21 mil empresas, a maioria no setor de serviços; 8 mil quilômetros de estradas; centenas de portos, 11 dos quais estratégicos, com capacidade para navios de grande porte. No setor de educação, dispõe de 7.227 escolas públicas e privadas, de primeiro e segundo graus e três universidades, além de diversas faculdades isoladas (2004).

A renda *per capita* do estado, no ano de 1997, foi de US\$ 2.300 e seu Produto Interno Bruto (PIB), US\$ 15 bilhões, destes, 20,9% gerados pelo setor primário; 41,1% pela indústria e 38% pelo setor de serviços. No ano de 2000, o PIB estadual chegou a casa dos 17 bilhões – um incremento de mais de 10%, que se situa bem acima da média nacional. Ao todo, a receita própria do Pará cresceu entre 1999 e 2000, em valores reais, 13,23%. A economia paraense cresce a uma taxa de 6% ao ano, contra 2% a 3% registrados no país.

Apesar de sua maior fonte de recursos estar na indústria, incrementada a partir da década de 90, após a recuperação da credibilidade financeira e da capacidade de investimentos do Estado, em projetos de infra-estrutura, o Pará destaca-se no cenário nacional da agricultura e pecuária, como o maior produtor de dendê e maior criador de búfalos.

No que se refere às vias de acesso, são os rios a sua mais concreta e viável estrada natural. É nesta região do Brasil que está a maior Bacia Hidrográfica do Mundo, formada por vários rios que servem de saída para produtos agrícolas e minerais. Vale ressaltar, entretanto, que as rodovias, inicialmente abertas objetivando facilitar o escoamento da produção, atrair consumidores para o comércio local e, principalmente, melhorar a vida de quem morava onde o acesso se dava apenas pelo rio, acabaram atraindo núcleos

populacionais de outros Estados. Aos poucos, aqueles pequenos grupos, deram origem a dezenas de municípios paraenses.

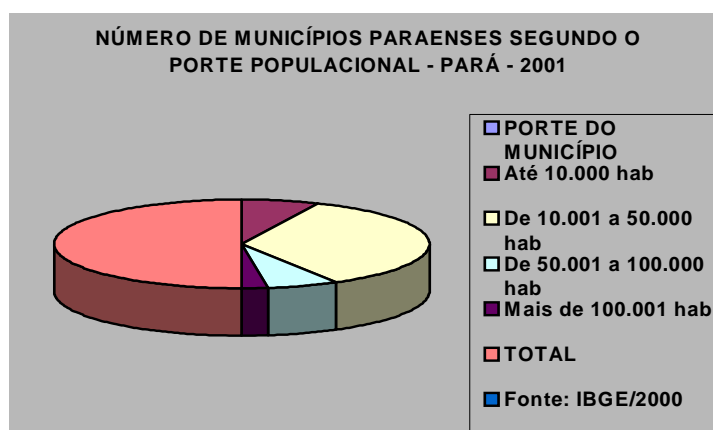
Em termos geográficos, o estado está dividido em seis (06) regiões e possui 143 municípios. Estas regiões são denominadas: Baixo Amazonas, com 14 municípios; Marajó, com 16 municípios; Metropolitana Belém, com 11 municípios; Nordeste Paraense, com 49 municípios; Sudoeste Paraense com 14 municípios e; Sudeste Paraense, com 39 municípios.

Quanto ao porte populacional, os municípios do Pará, seguem, em regra, o mesmo perfil de todos os municípios da região amazônica, concentrando, sua maioria, na faixa entre 10.001 e 50.000 mil habitantes (ver tabela 1.0 e gráfico 1.0). Sua densidade demográfica, já mencionada anteriormente, é baixa se comparada aos estados de outras regiões do país. Estas características devem-se, especialmente, as dificuldades de acesso existentes entre grande parte dos municípios paraenses.

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS SEGUNDO O PORTE POPULACIONAL – PARÁ – 2001

PORTE DO MUNICÍPIO	Nº	(%)
Até 10.000 hab	19	13.28
De 10.001 a 50.000 hab	100	69.93
De 50.001 a 100.000 hab	18	12.58
Mais de 100.001 hab	06	4.19
TOTAL	143	100.0

Fonte: IBGE/2004



1.2 INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS

O quadro epidemiológico estadual, no ano de 2003, teve como doenças preveníveis por tratamento e acompanhamento, de maior incidência: hanseníase, tuberculose e a meningite não meningocócica. Como doenças preveníveis por controle de vetores de maior incidência: a dengue, a leishmaniose e a doença de chagas. Como doenças preveníveis por atividades de saneamento de maior incidência: a doença diarréica, a hepatite infecciosa e a febre tifóide; como doenças preveníveis por agente imunizante de maior incidência: a hepatite b, o tétano acidental e a coqueluche. As três primeiras causas de mortalidade geral, notificadas no mesmo período, foram: as mortes sem assistência, outras causas mal definidas e as doenças cerebrais vasculares.

No que se refere à mortalidade infantil, o Estado do Pará tem experimentado, nos últimos anos, declínio em seus índices, resultado da implementação de ações direcionadas àquele grupo, tais como: Controle das Doenças Diarréicas Agudas; Infecções Respiratórias Agudas e, mais recentemente, as Ações Integradas às Doenças Prevalentes na Infância.

Quanto a Mortalidade Materna e Perinatal, no ano de 2003, observa-se um aumento em seus índices se comparados a 2002 – 51.76 p/100.000 NV e 47.59 p/100.000 NV; 23.31 p/1.000 NV e 21.49 p/1.000 NV respectivamente (SESPA/NUEP, 2004). As causas mais prováveis são a baixa cobertura e deficiente assistência pré-natal, assim como a melhoria na qualidade da informação, através da implantação dos Sistemas de Informação e do Programa

de Agentes Comunitários de Saúde, este, responsável pela sensível diminuição do problema de cemitérios clandestinos e das sub-notificações, comuns nos estados da região amazônica.

1.3 INFRA-ESTRUTURA DA REDE DE SAÚDE

Em relação à infra-estrutura, a rede de saúde estadual é composta por unidades de diversas tipologias, sendo 03 de jurisdição federal, 133 estadual, 1.255 municipal e 277 instituições privadas, conveniadas ao SUS. Vale ressaltar, que os serviços de média e alta complexidade, são quase que totalmente ofertados pelas instituições privadas, conveniadas, e que destas, 47.6% encontram-se concentradas na região Metropolitana de Belém (2004).

1.4 MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE

Com a implantação da Norma Operacional Básica, que redefine o modelo operacional do Sistema Único de Saúde, disciplinando as relações entre as três esferas de governo, o Estado do Pará finalizou o processo de habilitação de seus municípios em condições de gestão, estando, atualmente 30.7% em Gestão Plena do Sistema Municipal e 69.3% em Gestão Plena da Atenção Básica.

O avanço no processo de habilitação dos municípios paraenses contribuiu para uma cobertura populacional de 100.0%, beneficiando a população, com a transferência do cadastro de suas atividades de saúde para os municípios habilitados em Gestão Plena do Sistema Municipal, o que representa aos Gestores a possibilidade de buscar melhorias na prestação das ações e serviços de saúde oferecidos a seus munícipes. Vale ressaltar que foi estabelecido pacto entre o estado e os municípios, a fim de que a gestão das seis (06) Unidades de Referência Especializada (URE), fique sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde.

Assim sendo, o Estado do Pará obteve pré-requisitos para habilitar-se em Gestão Plena do Sistema Estadual, posto que, para pleitear esta gestão é necessário que o estado esteja com 80% de seus municípios já habilitados ou 50% deles, desde que lá residam 80% da população estadual.

1.5 A EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONALIZANTE NO ESTADO DO PARÁ

¹”A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

²”A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho em estudos superiores”.

O Estado do Pará ofereceu, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” – INEP/MEC (2005), 13.561 Estabelecimentos de Ensino Básico, distribuídos em: 12.013 de Ensino Fundamental; 574 de Ensino Infantil; 706 de Ensino Médio e 268 de Ensino Especial.

No município de Belém o Ensino Básico está assim distribuído:

DISTRIBUIÇÃO DAS MODALIDADES DO ENSINO BÁSICO, SEGUNDO SUA VINCULAÇÃO, PELO NÚMERO DE ESCOLAS, DOCENTES E DISCENTES BELÉM - PARÁ – 2003

MODALIDADE	VINCULAÇÃO	ESCOLAS	DOCENTES	DISCENTES
ENSINO PRÉ-ESCOLAR	ESTADUAL	11	35	1.044
	FEDERAL	01	17	267
	MUNICIPAL	81	408	8.909
	PRIVADA	96	363	7.133
ENSINO FUNDAMENTAL	ESTADUAL	229	5.025	145.511
	FEDERAL	02	292	3.323
	MUNICIPAL	61	1.851	47.547
	PRIVADA	88	1.395	25.677
ENSINO MÉDIO	ESTADUAL	77	3.079	80.230
	FEDERAL	02	132	3.877
	MUNICIPAL	01	18	170
	PRIVADA	32	917	15193

FONTE: IBGE/2004

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 – Título I DA EDUCAÇÃO

² Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 – Capítulo II DA EDUCAÇÃO BÁSICA

³*“A Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.*

No que concerne às Escolas de Ensino Profissionalizante em Enfermagem, de acordo com informações do Conselho Regional de Enfermagem – Seção Pará (2005), o Estado possui 33 escolas de formação em Técnico de Enfermagem, sendo que 19 destas encontram-se na cidade de Belém.

Considerando que a Universidade Federal do Pará, ao longo de sua história, é a única Instituição de Ensino Superior do Estado a ofertar Habilitação em Licenciatura Plena, em seu Curso de Graduação em Enfermagem; considerando, também, a Resolução nº 350 de 24 de maio de 2000, do Conselho Estadual de Educação, que fixa Diretrizes para a Educação Profissional de Nível Técnico no Sistema de Ensino do Estado do Pará, que determina em seu Artigo 6º *“As disciplinas dos cursos de Educação Profissional de nível técnico serão ministradas por professores, instrutores e monitores, (...) que deverá observar (...), o exercício profissional, que será sempre conjugado à formação acadêmica desses profissionais: I. formação em cursos de Licenciatura específicas; (...); e ainda, considerando o número representativo de escolas profissionalizantes de Enfermagem no Estado e a perspectiva de crescimento destas, em função da grande demanda por cursos dessa natureza, é que o Curso de Graduação em Enfermagem da UFPA optou por manter em seu currículo a formação do Enfermeiro Licenciado Pleno.*

³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 – Capítulo III DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

II. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA

Universidade Federal do Pará (UFPA) é uma instituição de ensino superior de natureza pública, que integra o sistema federal de educação, localizada na faixa equatorial conhecida como faixa de depressão da Amazônia Central, aproximadamente 160 quilômetros do Equador, Belém do Pará está a uma altitude de 14 metros do nível do mar. Grande parte da cidade está edificada sobre uma ponta de terra compreendida entre a Baía de Guajará e o Rio Guamá. O Campus Universitário da UFPA está localizado privilegiadamente às margens desse Rio, numa paisagem que retrata as raízes de uma universidade voltada para a cultura amazônica.

Em julho de 2003, a Universidade Federal do Pará completou 46 anos. Hoje, a comunidade universitária é formada por uma população de 34.458 pessoas. São 2.142 professores entre efetivos, substitutos e visitantes, atuando na graduação, oferecida no campus de Belém e em mais nove campi do interior do estado. Este corpo docente, também, se dedica ao ensino fundamental e médio oferecido no Núcleo Pedagógico Integrado (Escola de Aplicação).

O apoio administrativo às atividades de ensino, pesquisa e extensão é feito por 2.141 servidores técnicos e administrativos, sendo 576 lotados nos 02 hospitais universitários mantidos pela UFPA.

O maior segmento da população universitária, o estudantil, é constituído por 1.725 estudantes de pós-graduação; 26.213 regularmente matriculados nos 78 cursos de graduação; 2.893 estudantes do NPI e 2.334 alunos vinculados aos cursos livres de línguas estrangeiras, dança, teatro e música.

No campus de Belém, a estrutura organizativa da UFPA compreende 11 centros de formação acadêmica e produção de conhecimento: Instituto de Ciências da Saúde, Instituto de Letras e Artes, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Ciências Exatas e Naturais, Instituto Agropecuário, Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Geociências, Instituto Tecnológico, Instituto de Educação, Instituto Sócio-Econômico, Instituto de Ciências Jurídicas. No interior do estado, os nove campi têm as suas sedes localizadas nos municípios de Abaetetuba, Breves, Cametá, Soure, Castanhal, Bragança, Marabá, Altamira e Santarém. A produção e integração dos conhecimentos são realizadas nos Núcleos de Meio Ambiente, Arte, Altos Estudos Amazônicos, NPI e Poema.

O Centro de Ciências da Saúde possui os seguintes Cursos de Graduação:

- ✓ Enfermagem – 449 alunos matriculados em 2º 2008
- ✓ Farmácia – 475 alunos matriculados em 2º 2008
- ✓ Medicina – 929 alunos matriculados em 2º 2008
- ✓ Nutrição - 298 alunos matriculados em 1º 2008
- ✓ Odontologia – 449 alunos matriculados em 2º 2008

Os Cursos de Graduação da Saúde da UFPA, em 1º 2008, contavam com 2.442 alunos matriculados nos cinco cursos.

A UFPA mantém dois hospitais situados em Belém. O Hospital Bettina Ferro de Souza, localizado no campus universitário presta atendimento ambulatorial às comunidades vizinhas ao campus. O Hospital João de Barros Barreto com 250 leitos, referência nacional em DST-Aids e referência regional em Pneumologia e Infectologia, é campo de estágio aos Cursos de Graduação em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Odontologia da UFPA.

A UFPA possui também uma Incubadora de Empresa para a implantação de parques tecnológicos atuando nas áreas de química de alimentos, cosméticos, informática e biotecnologia. Atualmente 07 empresas estão participando como incubadas (Amazon Software, Fluidos da Amazônia, Gota de Mel, Brasmazon, Amazônia Chocolate, e Extratec) e associadas (Juruá e Poematec). A formação e a qualificação dos recursos humanos é proporcionada pelo Centro de Capacitação.

A UFPA explicita no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, 2001-2010, sete eixos estruturantes, que configuram o arcabouço do agir acadêmico em toda a estrutura universitária, a saber:

- universidade Multicampi;
- integração com a Sociedade;
- reestruturação do Modelo de Ensino;
- pesquisa e Desenvolvimento Amazônico;
- valorização dos Recursos Humanos;
- ambiente Adequado;

- modernização da Gestão.

Neste sentido, a UFPA assume como pressuposto básico:

“Pensar a Universidade e sua função social no contexto do mundo contemporâneo impõe, de início, um duplo desafio: o primeiro, o da análise diagnóstica do tipo de sociedade em que estamos inseridos – a natureza de suas relações, sua dinâmica e configurações institucionais; o segundo, o da análise prospectiva do desenvolvimento social em curso – mudanças dos padrões societários, transformações dos patamares e formas de interação, reordenamento e redefinição dos papéis e espaços das instituições, A Universidade, como toda e qualquer instituição, é um organismo de natureza histórica, para estar apto a desempenhar funções sociais relevantes, precisa acompanhar a evolução dos tempos, adequar-se a cada conjuntura e contexto, compatibilizar-se, permanentemente, com as metamorfoses sociais mais amplas, comprometendo-se, através dessa inserção ativa, com a construção consciente do devir” (UFPA, PDI:2003).

2.1 MISSÃO

Gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, e em particular do amazônida, aproveitando as potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, por sua vez sustentados em princípios de responsabilidade, de respeito à ética, à diversidade biológica, étnica e cultural, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania, fundada em formação humanística, crítica, reflexiva e investigativa.

2.2 VISÃO

Tornar-se referência local, regional, nacional e internacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como instituição multicampi e firmando-se como suporte de excelência para as demandas sócio-políticas de uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa.

2.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES

- Defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.
- Autonomia universitária.
- Gestão democrática.
- Indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.
- Busca da excelência acadêmica.
- Desenvolvimento sustentável.
- Compromisso social e o fortalecimento das parcerias e do diálogo com a sociedade.

Com base nos elementos supramencionados, a UFPA deve preparar-se para atender uma demanda crescente por programas e projetos de ensino que possa traduzir-se em práticas de atuação continuada e qualificada. Visando o alcance dos objetivos institucionais, foi estabelecido um conjunto de ações e proposições. Dentre elas, destacamos:

- democratizar o acesso e a permanência com sucesso, envolvendo desde a discussão sobre as formas de acesso à Universidade até a expansão de vagas associada à melhoria das condições de oferta de cursos, incluída a ampliação das experiências de estágio nos ambientes do mundo do trabalho;
- construir um modelo de ensino sintonizado com a produção/socialização do conhecimento com compromisso ético e social, visando à superação do modelo atual de ensino no que, certamente representa um dos desafios mais importantes consignados nesse projeto institucional;
- desenvolver e implementar tecnologias inovadoras de ensino, em que os avanços trazidos pela telemática e as suas várias possibilidades em termos educacionais precisam ser largamente incorporados às práticas regulares de ensino.

III. O CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - UFPA

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pará foi criado em 22 de setembro de 1975, através da Resolução Nº 322, do Conselho Universitário. Reconhecido em 15 de agosto de 1979, pelo Parecer do Conselho Federal de Educação Nº 1483, de 1978 CFE e 253088, de 1979 do MEC, levando a formação especializada do enfermeiro pela diversificação das habilitações em Enfermagem Médico-Cirúrgica, Enfermagem de Saúde Pública e Licenciatura. O regime didático ofertado na instituição era a matrícula por disciplina. Em 1992, houve uma transformação do currículo, agrupando as disciplinas em blocos, inserindo o curso no regime seriado semestral, decisão aprovada pela Resolução Nº2.135/93 CONSEP e implantada em 1993.

O advento do Parecer Nº 314/94 e da Portaria MEC Nº 1.721/94, que tratam do currículo mínimo para os cursos de graduação em enfermagem em nível nacional, recomendando o estudo voltado para a semiologia e semiotécnica da enfermagem, oportunizou ao curso elaborar um currículo em que o aluno seria iniciado em disciplinas da área de humanas, juntamente com disciplinas específicas da enfermagem. Agregar as disciplinas da Licenciatura desde o início do curso e em blocos foi referendado como de fundamental importância pela comunidade acadêmica do curso.

Para cumprir a determinação dessa legislação, o Curso implantou o novo currículo sem a aprovação do CONSEP. Com a devida correlação entre as disciplinas, foi concluída a transição e, em 1998, a nova estrutura curricular foi finalmente implementada.

Vale registrar que a implantação e implementação desse currículo, que teve como matriz a Portaria MEC Nº 1.721/94, oportunizou o contato precoce do aluno com a comunidade, contribuindo para que os discentes pudessem identificar as variáveis e os fatores que interferem no processo saúde-doença, bem como ter acesso a disciplina Metodologia da Pesquisa, como eixo intermediador desde o primeiro semestre do curso, exigindo que o aluno trabalhasse situações pontuais por problemas focais.

Até o ano de 2005, o currículo do curso, ainda com base na portaria MEC Nº 1.721/94, apresentava a seguinte matriz:

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM E OBSTETRÍCIA E HABILITAÇÃO EM LICENCIATURA.

SEMESTRE	CRED	CH	CODIGO	DISCIPLINA
1º	6	120	CB03001	ANATOMIA GERAL
	4	60	FH20021	POLÍTICA SOCIAL
	6	90	ED01001	INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO
	4	60	CS16003	INTROD. À CIÊNCIA DA ENFERMAGEM
	4	60	CS16011	INTRODUÇÃO À METOD DA PESQUISA
	2	30	CS16012	LEGISLAÇÃO E ÉTICA DE ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				420 HORAS

SEMESTRE	CRED	CH	CODIGO	DISCIPLINA
2º	5	90	CB01035	BIOLOGIA I
	5	90	CB04025	FISIOLOGIA HUMANA
	4	60	FH09022	ANTROPOLOGIA DA SAÚDE
	6	90	ED01029	PSIC DA EDUC(EVOL E APREND)
	8	150	CS16004	FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				480 HORAS

SEMESTRE	CRED	CH	CODIGO	DISCIPLINA
3º	4	90	CB02023	MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA BÁSICA
	4	90	CB02024	PARASITOLOGIA HUMANA BÁSICA
	4	90	CB06006	HISTOL E EMBRIOL HUMANA BÁSICA
	4	60	FH05048	PSICOLOGIA E RELAÇÕES SOCIAIS
	5	90	CS16002	INTRODUÇÃO À SAÚDE COMUNITÁRIA
	3	60	CS16010	PROCESSO EDUCATIVO EM ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				480 HORAS

SEMESTRE	CRED	CH	CODIGO	DISCIPLINA
4º	5	90	CBO4005	FARMACOLOGIA
	5	90	CB04019	BIOQUÍMICA GERAL
	4	60	ED03081	DIDÁTICA GERAL
	4	60	CS05007	BIOESTATÍSTICA
	4	60	CS16001	EPIDEMIOLOGIA
	5	90	CS16013	ADMINISTRAÇÃO BÁSICA EM ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA SEMESTRE				450 HORAS

SEMESTRE	CRED	CH	CODIGO	DISCIPLINA
5º	3	60	CB02005	PATOLOGIA GERAL
	8	150	CS16005	ENFERMAGEM MÉDICO CIRÚRGICA
	3	60	CS16006	ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
	4	90	CS16007	ENFERMAGEM EM CENTRO CIRÚRGICO
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				360 HORAS

SEMESTRE	CRED	CH	CODIGO	DISCIPLINA
6º	3	60	ED02042	ESTRUT E FUNC. DA EDUCAÇÃO BÁSICA
	3	60	CS10008	NUTRIÇÃO HUMANA
	5	90	CS16008	ENFERMAGEM EM SAÚDE PÚBLICA
	4	90	CS16009	ASSISTÊNCIA À MÃE E À CRIANÇA SÁDIA
	3	60	CS17008	ADMIN DE SERVIÇO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR
	3	60	CS17009	ADMIN DE SERVIÇO DE ENFERMAGEM EM SAÚDE PÚBLICA
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				420 HORAS

SEMESTRE	CRED	CH	CODIGO	DISCIPLINA
7º	7	150	CS17002	ENF OBSTÉTRICA GINECOLÓGICA E NEONATAL
	5	90	CS17003	ENFERMAGEM PEDIÁTRICA
	3	60	CS17006	ENFERMAGEM EM SAÚDE OCUPACIONAL
	3	60	CS17007	ENFERMAGEM EM SAÚDE ESCOLAR
	4	60	FH01097	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				420 HORAS

SEMESTRE	CRED	CH	CODIGO	DISCIPLINA
8º	4	75	CS17014	PESQUISA EM ENFERMAGEM
	2	120	CS17001	ENF EM CENTRO DE TERAPIA INTENSIVA
	4	90	CS17005	ENFERM EM DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS
	2	120	CS17012	EST SUPERV ENF OBST E PEDIÁTRICA
	3	60	ED03088	METODOLOGIA DO ENSINO DE ENFERMAG
CARGA HORÁRIA SEMESTRE				465 HORAS

SEMESTRE	CRED	CH	CODIGO	DISCIPLINA
9º	2	120	CS17010	ESTÁGIO SUPERV EM ENFERMAGEM I
	5	90	CS17004	ENF EM SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA
	3	180	CS17013	ESTÁGIO SUPERV ENF DE SAÚDE PÚBLICA
	2	120	ED03105	PRÁTICA DE ENSINO DE ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				510 HORAS

SEMESTRE	CRED	CH	CODIGO	DISCIPLINA
10º	4	240	CS17011	EST SUPERV EM ENFERMAGEM II
	3	60	CS17015	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
	3	180	ED03155	PRÁTICA DE ENSNO EM EDUC E SAÚDE
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				480 HORAS
CARGA HORÁRIA TOTAL				4.485 HORAS

3.2 DISCIPLINAS E RESPECTIVOS DEPARTAMENTOS DE ENSINO

O Curso de Enfermagem, até o ano de 2007, em sua estrutura organizacional, era composto por dois departamentos didático-científicos: Fundamentos de Enfermagem e Enfermagem Integrada. No entanto, era atendido por outros 16 departamentos pertencentes às demais unidades acadêmicas da UFPA, a saber:

CÓDIGO	DISCIPLINAS	DEPARTAMENTOS
CB01035	BIOLOGIA I	BIOLOGIA
CB02005	PATOLOGIA GERAL	PATOLOGIA
CB02023	MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA BÁSICA	
CB02024	PARASITOLOGIA HUMANA BÁSICA	
CB03001	ANATOMIA GERAL	MORFOLOGIA
CB04005	FARMACOLOGIA	FISIOLOGIA
CB04019	BIOQUIMICA GERAL	
CB04025	FISIOLOGIA HUMANA	
CB06006	HISTOLOGIA E IMUNOLOGIA HUMANA BÁSICA	HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA
FH01097	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA	FILOSOFIA
FH05048	PSICOLOGIA E RELAÇÕES SOCIAIS	PSICOLOGIA SOCIAL E ESCOLAR
FH20021	POLÍTICA SOCIAL	CIÊNCIA POLÍTICA
ED01001	INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO	FUNDAMENTOS DA

ED01029	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO (EVOLUÇÃO E APRENDIZAGEM)	EDUCAÇÃO
ED02042	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO
ED03081	DIDÁTICA GERAL	MÉTODOS E TÉCNICAS DE ORIENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO
ED03088	METODOLOGIA DO ENSINO DE ENFERMAGEM	
ED03105	PRÁTICA DE ENSINO DE ENFERMAGEM	
ED03155	PRÁTICA DE ENSINO EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE	
ED04013	EDUCAÇÃO FÍSICA I	EDUCAÇÃO FÍSICA
LA01060	PORTUGUES INSTRUMENTAL	LINGUAS E LITERATURA VERNACULAS
CS05007	BIOESTATÍSTICA	HIGIENE E MEDICINA PREVENTIVA
CS10008	NUTRIÇÃO HUMANA	NUTRIÇÃO
CS16001	EPIDEMIOLOGIA	FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM
CS16002	INTRODUÇÃO A SAÚDE COMUNITÁRIA	
CS16003	ITRODUÇÃO A CIÊNCIA DA ENFERMAGEM	
CS16004	FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM	
CS16005	ENFERMAGEM MÉDICO CIRÚRGICA	
CS16006	ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	

CS16007	ENFERMAGEM EM CENTRO CIRURGICO	
CS16008	ENFERMAGEM EM SAÚDE PÚBLICA	
CS16009	ASSISTÊNCIA A MÃE E A CRIANÇA SADIA	
CS16010	PROCESSO EDUCATIVO EM ENFERMAGEM	
CS16011	INTRODUÇÃO A METODOLOGIA DA PESQUISA	
CS16012	LEGISLAÇÃO E ÉTICA EM ENFERMAGEM	
CS16013	ADMINISTRAÇÃO BÁSICA EM ENFERMAGEM	
CS17001	ENFERMAGEM EM CENTRO DE TERAPIA INTENSIVA	ENFERMAGEM INTEGRADA
CS17002	ENFERMAGEM OBSTÉTRICA, GINECOLÓGICA E NEONATAL	
CS17003	ENFERMAGEM PEDIÁTRICA	
CS17004	ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA	
CS17005	ENFERMAGEM EM DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	
CS17006	ENFERMAGEM EM SAÚDE OCUPACIONAL	
CS17007	ENFERMAGEM EM SAÚDE ESCOLAR	
CS17008	ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR	

CS17009	ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO DE ENFERMAGEM EM SAÚDE PÚBLICA	
CS17010	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM I	
CS17011	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM II	
CS17012	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E PEDIÁTRICA	
CS17013	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE PÚBLICA	
CS17014	PESQUISA EM ENFERMAGEM	
CS17015	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
FH09056	ANTROPOLOGIA DA SAÚDE	ANTROPOLOGIA
TOTAL	52 DISCIPLINAS	18 DEPARTAMENTOS

Atualmente a Faculdade de Enfermagem possui a seguinte estrutura:

3.3 RECURSOS HUMANOS

RECURSOS HUMANOS - 2º SEMESTRE/2008

- Alunos Matriculados = 449
- Docentes: 66
 - Efetivos: 31
 - Substitutos: 35
- Servidores Técnico-administrativos: 03

DOCENTE	TITULAÇÃO
Amariles Maria das Graças Ferreira Pacheco	Mestre
Ana Paula Oliveira Gonçalves	Mestre
Ana Sofia Resque Gonçalves	Mestre
Carlos Benedito Marinho Souza	Mestre
Deolinda da Graça Rego	Mestre
Dirce Nascimento Pinheiro	Mestre
Elisa da Silva Feitosa	Doutora
Hilma Solange Lopes de Souza	Especialista
Iolanda Maria Silva Corrêa	Mestre
Iracema Souza Araújo	Especialista
Irene de Jesus Silva	Mestre
Jacira Nunes Carvalho	Mestre
José Maria Barreto de Jesus	Especialista
Lindalva Ferreira da Silva	Especialista
Luciléia da Silva Pereira	Mestre
Márcia Maria Bragança Lopes	Doutora
Márcia Simão Carneiro	Especialista
Maria Ammélia Fadul Bitar	Mestre
Maria da Graça Serrão Diniz	Especialista
Maria de Nazaré Alves de Lima	Especialista
Maria do Socorro Batista de Souza	Doutora
Maria Heliana Chaves da Cunha	Mestre
Maria Selma Carvalho Frota Duarte	Mestre
Marília de Fátima Vieira de Oliveira	Doutora

Mary Elizabeth de Santana	Doutora
Regina Ribeiro Cunha	Mestre
Roseneide dos Santos Tavares	Mestre
Silvio Eder Dias da Silva	Mestre
Sandra Helena Isse Polaro	Mestre
Telma Francisca Carvalho Frota e Silva	Mestre
Vera Lúcia Azevedo de Lima	Doutora

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

CORPO DOCENTE	Nº	%	DOUTORES		MESTRES		ESPECIALISTAS	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
EFETIVOS	31	47.0	03	9.7	21	67.7	07	22.6
SUBSTITUTOS	35	53.0	-	-	01	2.9	34	97.1
TOTAL	66	100.0	03	4.5	22	33.3	41	62.2

Fonte: Faculdade de Enfermagem – setembro/2008

IV. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - UFPA

O corpo social do Curso de Graduação em Enfermagem da UFPA, constituído pelos docentes, discentes, técnicos e administrativos, assumiu o compromisso de construir coletivamente um Projeto Pedagógico (PP) para este curso, visando a atender a Resolução CES/CNE Nº 3, de 07 de novembro de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, assim como contemplar os princípios, eixos, metas e ações estabelecidas no PDI da UFPA 2001-2010.

Além destes argumentos, a Enfermagem considera como justificativa relevante para a reformulação e atualização do seu currículo, o processo acelerado de modernização científica e tecnológica que tem gerado novas formas

de construção do conhecimento e de relação com o mundo do trabalho e com profundas repercussões políticas, econômicas e sociais no mundo da vida.

Este processo de modernização tem produzido inovações científicas e tecnológicas; novos protocolos, estratégias e procedimentos utilizados na atenção em saúde; a diversidade de abordagens de investigação; a globalização da produção, difusão e aplicação do conhecimento, a pluralidade cultural etc. Esta realidade atual demanda mudanças profundas nas instituições formadoras na forma como concebem e operacionalizam o processo ensino aprendizagem.

A Enfermagem, enquanto uma das unidades de ensino da UFPA, entende que a implantação e implementação de um projeto pedagógico inovador para o Curso de Graduação em Enfermagem, fundamentado em referenciais e pressupostos contemporâneos, aprimorará o ensino de qualidade, que se pretende, cada vez mais, comprometido com a cidadania, solidariedade, justiça social e desenvolvimento sustentável do Pará, da Região Norte e do Brasil.

Nesse sentido, a Enfermagem estará contribuindo, efetivamente, para a concretização da Missão e da Visão da UFPA, bem como com a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos.

4.1 A LICENCIATURA EM ENFERMAGEM

O Licenciado em Enfermagem atua diretamente no segmento educacional, desde a definição de currículos e programas até a organização de processos de Ensino e Aprendizagem que ocorrem em cursos de nível técnico de formação do enfermeiro.

A atual demanda por professores capacitados, a crescente preocupação com a promoção de saúde ampliam as perspectivas de trabalho do licenciado em Enfermagem no Estado do Pará. Especificamente, o município de Belém tem credenciadas 19 escolas profissionalizantes para a formação de técnicos em Enfermagem, que recrutam constantemente profissionais habilitados para a docência nessa modalidade de ensino.

Em nosso Estado duas universidades ofertam o curso de Enfermagem: a Universidade do Estado do Pará e a Universidade Federal do Pará, sendo que o projeto curricular do curso de graduação em Enfermagem ofertado pela UEPA não contempla a formação do licenciado. Desta feita, há interesse do Centro de

Ciências da Saúde da UFPA, demanda e mercado de trabalho para justificar a implementação da licenciatura articulada à formação do enfermeiro.

A formação do Licenciado em Enfermagem, que deverá desenvolver suas atividades nas diferentes etapas e modalidades da educação profissionalizante e na educação básica, esta através do desenvolvimento de campanhas educativas, observará aos princípios estabelecidos na RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002:

- I - a competência como concepção nuclear na orientação do curso;
- II - a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro licenciado, tendo em vista:
 - a) a simetria invertida, onde o preparo do enfermeiro educador ocorrerá em lugar similar àquele em que vai atuar, estabelecendo a coerência entre o que faz na formação e o que dele se espera;
 - b) a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais;
 - c) os conteúdos, como meio e suporte para a constituição das competências;
 - d) a avaliação como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias.

A formação do Licenciado em Enfermagem abrangerá as dimensões teórica e prática, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos que fundamentam a ação pedagógica com os conteúdos específicos de Enfermagem bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional.

O desenvolvimento dos componentes pedagógicos será efetivado, em atendimento às resoluções CNE/CP 1-2002 e CNE/CP 2-2002, e a Exposição de Motivos da Coordenadora do GT Disciplinas Pedagógicas, aprovada em reunião do Fórum de Licenciaturas da UFPA em 18 de março de 2004, da seguinte forma:

1. 400h de Prática, desenvolvidas entre o 2º e o 6º semestre, através das atividades curriculares denominadas Processo Educativo em Enfermagem I e II, Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação em Enfermagem, Práticas Docentes em Educação e Enfermagem, Saúde, Cultura e Educação e Estágio Vivencial em Educação e Enfermagem, que associadas à Teoria totalizam 578h de atividades teórico-práticas.
2. 408h de Estágio, desenvolvidas no 7º e 8º semestres, através das atividades curriculares denominadas Estágio de Ensino em Enfermagem e Estágio de Ensino em Educação e Saúde, respectivamente.
3. 200h de estudos independentes, a serem desenvolvidas ao longo do curso, sob a forma de atividades acadêmico-científico-culturais.

Destaque-se, ainda que, as atividades de dimensão prática, pedagógica e estágio supervisionado, na formação do Licenciado em Enfermagem, serão viabilizadas através de atividades curriculares sob a forma de seminários, palestras educativas, disciplinas práticas e teóricas, rodas de conversas, estágios supervisionado, discussões temáticas etc, e atendem a exigência de 1/5 da carga horária total do curso, no caso 975h, visto que perfazem um total de 1.186h

4.1.1 ÁREAS TEMÁTICAS AFINS À LICENCIATURA EM ENFERMAGEM

Educação em Saúde, Educação Rural, Educação Inclusiva, Educação e Meio Ambiente, Educação Continuada, Papel Educativo do Enfermeiro, Aprendizagem e Planejamento, Princípios e Práticas Didáticas para o Ensino de Jovens e Adultos, Padrões Culturais das Comunidades Amazônicas (índio, ribeirinho e negro), Educação Problematizadora em Enfermagem.

4.2 A NECESSIDADE DE MUDANÇA

A iniciativa de mudança curricular fundamentou-se no entendimento da necessidade de formar profissionais aptos a aprender a aprender e comprometidos com o enfrentamento dos graves problemas da nossa sociedade. Para tal, é fundamental que este processo de mudança assuma medidas que permita a migração do currículo atual para o PP inovador, adotando a saída do pólo de ensino, centrado no professor, para o pólo da aprendizagem, centrado no aluno; a saída da fragmentação do modelo disciplinar para o currículo integrado; a

saída da teoria que antecede a prática para a articulação teoria/prática; a saída das concepções de saúde como ausência de doença para a saúde enquanto condições de vida; a saída da polarização individual/coletivo e biológico/social para uma consideração de interpenetração e transversalidade.

O processo de construção coletiva deste PP repousou em três dimensões:

- dimensão Conceitual: forneceu os fundamentos e os conceitos chave que configuram o paradigma orientador que subsidia o PP;
- dimensão Normativa forneceu os referenciais que fundamentam o PP;
- dimensão Estrutural forneceu os elementos constitutivos do PP.

4.2.1 DIMENSAO CONCEITUAL

A concepção epistemológica que sustenta este PP pauta-se na visão crítico social cultural e na pedagogia crítico-reflexiva, visando a estabelecer relação dialógica entre sociedade e universidade/curso de graduação, tendo a realidade social como a base para a formação do aluno e, conseqüentemente, do enfermeiro. Considera, ainda, o conhecimento como um processo permanente de construção, que se transforma na interação do sujeito com o mundo a partir da ação do sujeito sobre o objeto de conhecimento e, conseqüentemente, das trocas que realiza.

Nesta concepção pedagógica é necessário adotar uma metodologia ativa, na qual o currículo é configurado de maneira integrada, para que se possam articular os vários conteúdos a fim de dar conta de situações e/ou problemas sociais e de saúde. O desafio é trabalhar a formação acadêmica por problemas ou por problematização, buscando caminhos que viabilizem a abordagem interdisciplinar no contexto do processo ensino-aprendizagem.

Desta forma, busca-se a articulação entre Educação Superior e Saúde, objetivando a formação geral e específica dos egressos/profissionais com ênfase na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, indicando as competências gerais e específicas para esse perfil de formação contemporânea dentro de referenciais regionais, nacionais e internacionais de qualidade.

Neste contexto, a formação do Enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde da população, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e

assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do cuidado prestado aos seres humanos.

A fundamentação teórica deste entendimento emana da educação emancipatória e transformadora: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

1. Aprender a conhecer – tem a ver com o prazer da descoberta, da curiosidade, de compreender, construir e reconstruir o conhecimento.
2. Aprender a fazer – valoriza a competência pessoal que capacita o indivíduo a enfrentar novas situações de emprego, a trabalhar em equipe, em detrimento da pura qualificação profissional.
3. Aprender a viver juntos – significa compreender o outro, ter prazer no esforço comum, participar em projetos de cooperação.
4. Aprender a ser – diz respeito ao desenvolvimento integral da pessoa: inteligência, sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade e iniciativa.

Os conceitos balizadores para a prática acadêmica no âmbito do Curso de Graduação em Enfermagem foram definidos a partir dos pressupostos que embasaram o arcabouço teórico deste PP.

- Educação:

A Enfermagem da UFPA compreende que um dos fins da universidade, fundamentalmente das universidades públicas, é a formação de recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação e a produção de conhecimento por meio da pesquisa científica, para atender as necessidades da sociedade onde está inserida, ao mesmo tempo em que contribui para sua transformação.

Assim, entende a universidade como um dos pilares de transformação social, ainda que não o único. E a educação é redefinida como um movimento contínuo de:

(...) produção, incorporação, reelaboração, aplicação e testagem de conhecimentos e tecnologias, através de um processo multidimensional de confronto de

perspectivas e prioridades, efetivado na relação dialógica e participativa entre os diferentes saberes dos sujeitos sociais, negociando entre as partes envolvidas no ensino e aprendizagem, promovendo a cooperação, a solidariedade, a troca, a superação da realidade existente, para construção da realidade almejada, possível ou utópica (Saupe, 1998).

- **Saúde:**

A Constituição Federal de 1988, art. 196, define que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Artigo 196 da Constituição Federal de 1988).

✓ As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes (Artigo 198 da Constituição Federal de 1988):

I – descentralização;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

✓ O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS). (Artigo 4º da Lei 8.080/90). Parágrafo 2º deste Artigo: A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

✓ São objetivos do Sistema Único de Saúde (Artigo 5º da Lei 8.080/90):

I - identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II – formulação de política de saúde;

III – assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

- ✓ As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no artigo 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios (Artigo 7º da Lei 8.080/90):

I – universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

VII – utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

X – integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico;

XII – capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.

- Enfermagem:

É uma prática social historicamente determinada, que acontece em uma sociedade concreta, que tem o ser humano, a família e a comunidade como sujeitos da produção, difusão e aplicação de conhecimento e do exercício profissional. A Enfermagem é a ciência do cuidado. Fundamenta-se, principalmente, na Ética, no Processo Saúde/Doença, na Epidemiologia e na Integralidade da Atenção em Saúde. Dispõe de um corpo de conhecimento, que aborda o saber e o fazer nas várias dimensões do cuidar em enfermagem.

Sua atuação envolve a promoção, a prevenção, a recuperação e a reabilitação da saúde individual e coletiva em todo o ciclo vital. O enfermeiro integra a força de trabalho em saúde e o processo de trabalho em enfermagem

compreende ações assistenciais, administrativas, educativas e de pesquisa nos diferentes serviços de saúde.

O século XXI sinaliza para a ampliação do campo de atuação do Enfermeiro, em virtude da complexidade da realidade contemporânea. Novos desafios representados por avanços científicos e tecnológicos, elevados custos dos serviços de saúde, perspectivas de aumento das doenças e surgimento de outras, requerem um número cada vez maior de enfermeiros para assegurar a qualidade da assistência de enfermagem a que a sociedade brasileira tem direito.

Esta dimensão conceitual não se esgota nestes postulados nem nestes conceitos. Vai muito além destas premissas apresentadas. Porém, a esta base conceitual, no processo de construção e de desenvolvimento do PP, outros aportes serão agregados ao documento.

Sintetizando, o marco referencial do PP compreende, também, o Sistema Único de Saúde (SUS); a Saúde da Família; a Epidemiologia; a Ética; a Cidadania; o Processo Saúde-Doença e o Cuidado em Saúde/Enfermagem.

4.2.2 DIMENSÃO NORMATIVA

Nesta dimensão são considerados como referenciais o perfil demográfico, sócio econômico, epidemiológico e sanitário do Pará, da Região Norte e do Brasil, além dos Documentos e Atos Acadêmicos e Administrativos da UFPA e a legislação em vigor:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde Nº 8.080 de 19/9/1990;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394 de 20/12/1996;
- Lei que aprova o Plano Nacional de Educação Nº 10.172 de 9/1/2001;
- Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, UNESCO: Paris, 1998;
- Relatórios Finais das 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Conferências Nacionais de Saúde;

- Decreto Nº 94.406 de 08/6/1987, regulamenta a Lei Nº 7.498, de 25/6/1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem;
- Parecer CNE/CES Nº 1.133 de 07/8/2001;
- Resolução CNE/CES Nº 3 de 07/11/2001
- Resolução CNE/CP Nº DE 18 de fevereiro de 2002

4.2.3 DIMENSÃO ESTRUTURAL

Trata dos elementos constitutivos que configuram o Projeto Pedagógico e o Currículo do Curso de Graduação em Enfermagem da UFPA.

4.2.3.1 Diretrizes Pedagógicas:

- ✓ aluno como sujeito;
- ✓ articulação teoria/prática;
- ✓ integração ensino/serviço;
- ✓ diversificação dos cenários de aprendizagem;
- ✓ pesquisa integrada ao ensino e a extensão;
- ✓ fundamentação no humanismo;
- ✓ interdisciplinaridade;
- ✓ metodologias ativas para o processo ensino-aprendizagem;
- ✓ avaliação formativa;
- ✓ educação orientada aos problemas relevantes da sociedade;
- ✓ flexibilidade curricular;
- ✓ terminalidade do curso.

4.2.3.2 Objeto do Curso: permitir que o currículo construa perfil acadêmico e profissional do Enfermeiro com competências, habilidades e conteúdos, dentro de perspectivas e abordagens contemporâneas de formação pertinente e compatível com referências regionais, nacionais e internacionais, capaz de atuar com ética, qualidade, eficiência e resolutividade no Sistema Único de Saúde (SUS) e na docência, bem como, desenvolver postura investigativa visando à produção, difusão e aplicação de conhecimento, a partir da realidade da região mediante

processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania, fundada em formação humanística, crítica e reflexiva.

4.2.3.3 Propósito do Curso: levar os alunos do Curso de Graduação em Enfermagem a *aprender a aprender* que engloba *aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer*, garantindo a formação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado aos indivíduos, famílias e comunidades, tendo como eixo integrador da formação acadêmica a pesquisa científica articulada ao ensino e a extensão.

4.2.3.4 Características do Curso segundo as suas especificidades:

Denominação: Curso de Graduação em Enfermagem.

Título: Enfermeiro com Licenciatura em Enfermagem.

Carga Horária Total: 4.875horas.

Integralização Mínima e Máxima: quatro anos e meio (nove semestres) e seis anos e meio (treze semestres).

Modalidade: Seriado semestral com entrada dupla.

Modalidades Pedagógicas: Teoria, Prática, Atividades Complementares, Estágio Curricular Supervisionado (sob a forma de Semi Internato), Prática Educativa e Prática de Ensino (Estágio de Ensino em Enfermagem e Estagio em Educação e Saúde) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Turno de funcionamento a partir do ingresso de 2009:

- i. 1º semestre: horário integral manhã e tarde.
- ii. 2º semestre: horário integral manhã e tarde.
- iii. Vagas/Ano: 80 vagas em regime de dupla entrada.

Turno de funcionamento dos ingressantes até 2008:

- iv. 1º semestre: manhã e noite (1º ao 20º classificado); tarde e noite (21º ao 40º classificado).

- v. 2º semestre: manhã e noite (41º ao 60º classificado);
tarde e noite (61º ao 80º classificado).

Cenários de Aprendizagem: comunidade, rede básica de saúde, PSF, rede hospitalar, empresa, escola da educação básica, áreas rurais, organização não governamental (ONG).

4.2.3.5 Objetivos do Curso:

- ✓ formar enfermeiros generalistas que compreendam o homem/mulher como um ser em constante interação com o meio ambiente tendo em vista sua complexidade biológico-psicológico-social-espiritual, implementando medidas que atendam às necessidades de saúde do ser humano, considerando o perfil epidemiológico da população;
- ✓ formar enfermeiros motivados a interferir nos problemas de saúde da população, considerando os fatores sócio, econômico, político, ambiental e cultural que influenciam o processo saúde/doença dos indivíduos, famílias e comunidades;
- ✓ promover e desenvolver projetos de pesquisa e de extensão com a participação de alunos, professores, enfermeiros do SUS e membros da comunidade, visando contribuir com o desenvolvimento sustentável, com a produção de conhecimento e com o atendimento às necessidades da população;
- ✓ formar enfermeiros capacitados a atuar no processo de trabalho em enfermagem e em saúde, em todos os âmbitos da atuação profissional, com competência para a formulação e o desempenho de ações e procedimentos ético-técnico-científico;
- ✓ formar enfermeiros capacitados para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Enfermagem.

4.2.3.6 Perfil do Egresso/Profissional: enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, qualificado para o exercício da Enfermagem de da docência na área da Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os

problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na região Amazônica, identificando as dimensões bio-psico-sociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

4.2.3.7 Competências e Habilidades Gerais:

I - Atenção à saúde: os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;

II - Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III - Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;

IV - Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso,

responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

V - Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde; e

VI - Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

4.2.3.8 Competências e Habilidades Específicas:

I – atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;

II – incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional;

III – estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;

IV – desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;

V – compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações;

VI – reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

VII – atuar nos programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso;

VIII – ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança;

IX – reconhecer as relações de trabalho e sua influência na saúde;

X – atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos;

XI – responder às especificidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades;

XII – reconhecer-se como coordenador do trabalho da equipe de enfermagem;

XIII – assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde.

XIV – promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus clientes/pacientes quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;

XV – usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação e comunicação, quanto de ponta para o cuidar de enfermagem;

XVI – atuar nos diferentes cenários da prática profissional, considerando os pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico;

XVII – identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde da população, seus condicionantes e determinantes;

XVIII – intervir no processo de saúde-doença, responsabilizando-se pela qualidade da assistência/cuidado de enfermagem em seus diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, proteção e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência;

XIX – coordenar o processo de cuidar em enfermagem, considerando contextos e demandas de saúde;

XX – prestar cuidados de enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades apresentadas pelo indivíduo, pela família e pelos diferentes grupos da comunidade;

XXI – compatibilizar as características profissionais dos agentes da equipe de enfermagem às diferentes demandas dos usuários;

XXII – integrar as ações de enfermagem às ações multiprofissionais;

XXIII – gerenciar o processo de trabalho em enfermagem com princípios de Ética e de Bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo em todos os âmbitos de atuação profissional;

XXIV – planejar, implementar e participar dos programas de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde;

XXV – planejar e implementar programas de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento;

XXVI – desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional;

XXVII – respeitar os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão;

XXVIII – interferir na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo;

XXIX – utilizar os instrumentos que garantam a qualidade do cuidado de enfermagem e da assistência à saúde;

XXX – participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde;

XXXI – assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde;

XXXII - cuidar da própria saúde física e mental e buscar seu bem-estar como cidadão e como enfermeiro; e

XXXIII - reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde.

4.2.3.9 Estrutura Curricular:

A carga horária total do curso é de 4.875h (quatro mil oitocentos e setenta e cinco) horas, distribuídas em 4 anos e meio (09 semestres), contemplando as atividades teóricas, práticas, complementares, estágio curricular supervisionado e trabalho de conclusão de curso (TCC).

O presente currículo assume uma estrutura curricular com ênfase na configuração em forma de rede, privilegiando o formato horizontal, onde os temas transversos (Sistema Único de Saúde; Saúde da Família; Epidemiologia; Ética; Cidadania; Processo Saúde-Doença, Meio Ambiente, Cuidado em Enfermagem e outros) funcionam como elementos de integração. Esta estruturação busca possibilitar à formação do Enfermeiro generalista com Licenciatura em Enfermagem, crítico, reflexivo, competente nos aspectos científico, técnico, social, político, ético/bioético e habilitado a intervir no processo saúde-doença, tendo o cuidado de enfermagem como o eixo estruturante da atenção em saúde.

A base principal da construção do PP e do currículo são as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Enfermagem devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em enfermagem. Os conteúdos devem contemplar:

I - Ciências Biológicas e da Saúde – incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, aplicados às situações decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática assistencial de Enfermagem;

II - Ciências Humanas e Sociais – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença;

III - Ciências da Enfermagem - neste tópico de estudo, incluem-se:

- a) Fundamentos de Enfermagem: os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do Enfermeiro e da Enfermagem em nível individual e coletivo;
- b) Assistência de Enfermagem: os conteúdos (teóricos e práticos) que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher e ao idoso, considerando os determinantes sócio-culturais, econômicos e ecológicos do processo saúde-doença, bem como os princípios éticos, legais e humanísticos inerentes ao cuidado de Enfermagem;
- c) Administração de Enfermagem: os conteúdos (teóricos e práticos) da administração do processo de trabalho de enfermagem e da assistência de enfermagem; e
- d) Ensino de Enfermagem: os conteúdos pertinentes à capacitação pedagógica do enfermeiro.

Outros aspectos considerados no processo de formação do Enfermeiro são as transformações da profissão, os avanços científicos e tecnológicos, as demandas do mercado de trabalho e, principalmente, as necessidades de saúde dos grupos populacionais em todo ciclo vital, considerando os perfis demográfico, sócio-econômico e epidemiológico estadual, regional e nacional.

Os elementos constitutivos da estrutura curricular, para todos os semestres do curso, são: Semestre - Competências e Habilidades – Unidades Temáticas – Conteúdos Essenciais – Carga Horária Teórica e Prática – Estratégias e Atividades de Integração – Avaliação da Aprendizagem.

As unidades temáticas abrigam os respectivos conteúdos essenciais por semestre, com as ementas e as referências bibliográficas. Estes elementos são definidos a partir das competências e habilidades elencadas para cada semestre curricular.

4.2.3.10 Organização Curricular:

O modelo de currículo é o integrado que prevê a articulação, de forma dinâmica, do ciclo básico e profissionalizante; do ensino, pesquisa e extensão; do serviço de saúde, academia/curso e comunidade; da teoria e prática, por meio da integração dos conteúdos e abordagem de temas transversais como

ética, cidadania, solidariedade, justiça social, inclusão e exclusão social, relações de gênero, etnia, classe social, sexualidade, ecologia, cultura etc., tendo como eixo estruturante as competências gerais e específicas. Esta modalidade curricular requer a adoção da metodologia da problematização, do método ação-reflexão-ação e da abordagem interdisciplinar.

Estes elementos curriculares estão coerentes com a concepção que fundamenta a construção deste PP. Porém, registra-se que o alcance, na plenitude, do currículo integrado, da metodologia da problematização e da abordagem interdisciplinar requer trabalho acadêmico e administrativo do tipo processual, democrático e coletivo, visando desconstruir a cultura pedagógica hegemônica nas universidades; montar as bases e definir as estratégias para a integração inicial possível e evoluir na construção da integração, problematização e interdisciplinaridade por meio de sucessivas aproximações com o ideal preconizado na literatura.

Obs: Organização Curricular anexa

4.2.3.11 Sistema de Acompanhamento e Avaliação

A construção de um projeto pedagógico por si mesma não é garantia de sua efetividade, embora acredite-se que o trabalho coletivizado apresente, teoricamente, indícios de compromisso coletivo. No entanto, um projeto pedagógico deverá sofrer monitoramento constante. Estudante, professores, equipe técnica e coordenação serão os agentes desse monitoramento que precisará ser sistematizado em ações periódicas e com objetivos definidos.

O curso de enfermagem seguirá a metodologia implantada pelo Departamento de Apoio Didático Científico da Pró Reitoria de Ensino da UFPA para o acompanhamento e avaliação dos projetos pedagógicos implantados na graduação, e considerará a auto avaliação como avaliação diagnóstica para a análise, reflexão, discussão e tomada de novas decisões em benefício da elevação da qualidade do curso.

Assim sendo, o Colegiado do curso deverá constituir uma comissão de acompanhamento e avaliação do PP, que elaborará os procedimentos da avaliação.

O referido projeto de avaliação deverá abranger:

- * objetivos da avaliação;
- * pessoas responsáveis pelas diferentes etapas;
- * especificação das variáveis a serem avaliadas;
- * coleta de dados;
- * organização e análise dos dados coletados;
- * Elaboração do Relatório.

4.2.3.12 Implantação do Projeto Pedagógico:

Para superação das dificuldades, estão sendo apresentadas estratégias e atividades que possam contribuir na implantação do novo Projeto Pedagógico:

1. programa de capacitação pedagógica docente;
2. oficina de trabalho para elaboração do plano de curso com os programas das unidades temáticas, do planejamento didático, de formulários, impressos e regulamento do Projeto Pedagógico do curso de graduação em enfermagem;
3. reuniões para avaliar a necessidade de adequação do sistema de controle acadêmico e outros assuntos pertinentes ao Projeto Pedagógico;
4. criação de espaços para discussões e reflexões sobre temas transversos e questões ligadas à vida, ao meio ambiente, à saúde, a ética, à cidadania, à interdisciplinaridade e outros, visando o aprofundamento e o domínio conceitual/teórico do corpo social do curso sobre temas contemporâneos e sobre o paradigma que embasa o processo ensino-aprendizagem da formação acadêmica dos alunos do Curso de Graduação em Enfermagem da UFPA.

Esta proposta se faz necessária em virtude deste Projeto Pedagógico fundamentar-se em abordagens, metodologias, pressupostos, princípios e estrutura curricular inovadores. Podemos afirmar que a passagem do Currículo atual para este Projeto Pedagógico representa para o corpo social da Enfermagem uma ruptura epistemológica.

OBS: Cronograma do Projeto Pedagógico anexo.

4.3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A aprendizagem será concebida como uma relação dinâmica entre dois elementos: um sujeito que aprende e um objeto que é aprendido. Esses dois elementos da relação ocupam pólos definidos: de um lado está o sujeito, que é um ser ativo, portador de concepções, costumes e hábitos, e de determinadas formas de pensar e atuar sobre a realidade. No outro lado, está o objeto ou assunto a ser aprendido que, por sua vez, tem uma estrutura que lhe é própria.

Para conhecer algo, o sujeito desenvolve formas de ação externas e visíveis (ações materiais) ou formas de ação internas e não visíveis, como a ação de conceituar (operações mentais). Essas formas são chamadas de esquemas de assimilação e variam de sujeito para sujeito de acordo com o seu processo de maturação. No processo de maturação, que culmina na idade adulta, são produzidas transformações progressivas que vão desde os esquemas de assimilação mais simples aos mais complexos, dos concretos aos mais abstratos.

Assim concebendo, cremos que os esquemas de assimilação são produtos de uma construção progressiva desenvolvida através da própria prática ativa do sujeito ao longo de sua vida, com o auxílio de estímulos ambientais para que possa sentir a necessidade de procurar novas respostas e então desenvolver novos esquemas cognitivos.

Portanto, quando discutimos a avaliação da aprendizagem, começamos por uma pergunta: o que se pretende avaliar? O conteúdo memorizado ou a aquisição de habilidades? Então concluímos que precisamos trabalhar sob um modelo de ensino que privilegia a construção constante do conhecimento e que entenda a aprendizagem como um processo e não como algo que se processa em um determinado momento, como um abrir e fechar de olhos. Um modelo que possa requerer um tempo no qual o sujeito ‘investigue ativamente’, aplicando suas formas de conhecer e aproximando-se cada vez do objeto, em um processo de idas e vindas de reflexão e ação.

Nesse modelo de aprendizagem e ensino, a avaliação não poderá ser realizada com o caráter de “medida” ou de pura “aferição” de notas ao final de um determinado período, nem da pulverização de pontos em pequenos trabalhos e provas, o que transforma a experiência docente num torturante exercício de

contabilidade, freqüentemente alienado dos aspectos de aprendizagem. Nem tampouco na sobreposição de atividades, características de final do semestre letivo, que levam os alunos a promover, entre eles, uma divisão de trabalho no intuito de dar conta das demandas das disciplinas em detrimento do aproveitamento acadêmico.

Acreditamos que a avaliação do desempenho acadêmico deverá estar relacionada às seguintes finalidades:

01. verificação: coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos, através de instrumentos específicos ou de meios auxiliares, como: observação de desempenho, entrevistas;
02. qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos propostos;
03. apreciação quantitativa: avaliação dos resultados, referindo-se aos padrões de desempenho esperados.

Considerando que o processo de avaliação deve ser pensado e realizado de forma coerente e conseqüente com os objetivos propostos/ habilidades e competência definidas; propomos a realização de avaliações diagnósticas, formativas, com os necessários feedbacks, e avaliações somativas conforme estabelecido pela UFPA:

Neste contexto, a Avaliação do Curso de Graduação em Enfermagem, assumirá em seus segmentos e etapas as seguintes modalidades:

DIAGNÓSTICA – planejada no início de cada módulo, a fim de se verificar as competências e habilidades adquiridas pelo aluno e para continuidade da aquisição de novos conhecimentos; identificação de limitações do professor, ao planejar novas experiências, novos conteúdos e para detectar dificuldades que possam, ser encontradas nas Unidades de desenvolvimento da prática da assistência em Enfermagem.

A Avaliação Diagnóstica poderá ocorrer também no início de cada assunto, visando ao esclarecimento de dúvidas e reformulação de idéias e práticas.

FORMATIVA – planejada para ser desenvolvida por todo período de condução do ensino-aprendizagem, com o objetivo de se elaborar, estratégias de avaliação que orientem os componentes teórico e prático do processo, para a identificação das

dificuldades do aluno e possibilitar, condições para revisão de conteúdos não apreendidos durante o percurso.

Objetiva ainda, verificar o desenvolvimento cognitivo do aluno, diante das atividades propostas e as relações entre ele e o docente proponente do estudo, para que seja possível propor modificações e retroalimentar o processo avaliativo.

SOMATIVA – planejada para o final de cada módulo, é a conclusão do processo ensino-aprendizagem.

Seu objetivo é verificar o domínio de conjunto expresso pelo aluno, facilitar a apuração dos resultados de seu aproveitamento a partir de critérios pré-estabelecidos que o classificarão em níveis de competência, a partir do alcance dos objetivos que o classificará, no padrão oficial de medida para a obtenção do Grau de Enfermeiro.

A execução do processo de avaliação far-se-á por instrumentos de avaliação pré-estabelecidos e métodos que variam de testes a provas práticas, apresentação de trabalhos, estudos em grupo, apresentação de Dissertações Monográficas e aplicação de metodologias que possam medir o desempenho aluno/docente/assistentes, em todos os caminhos da formação dos mesmos, quer na academia ou nos Serviços de Saúde.

A auto-avaliação permeará todo o processo para criar nos atores, o hábito de avaliar a partir da avaliação de si mesmo e é válida tanto para o aluno, como para o docente.

A avaliação cruzada envolverá docentes, discentes e assistentes dos serviços e enquanto hétero-avaliação, deverá ser planejada periodicamente ao término de cada semestre letivo e informalmente sempre se apresentem cenários compatíveis e que justifiquem a sua realização pelos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Para efeito de consolidação e atribuição de conceitos ao aluno, será utilizada a seguinte convenção:

CONCEITO	SIGNIFICADO	CORRESPONDÊNCIA
I	INSUFICIENTE	0 a 4,9
R	REGULAR	De 5,0 a 6,9
B	BOM	De 7,0 a 8,9
E	EXCELENTE	De 9,0 a 10,0

Fonte: Regimento Geral da UFPA (Capítulo IV – Art. 178).

A cada etapa do processo de avaliação, o docente atribuirá ao aluno um dos conceitos mencionados.

Considerar-se-á aprovado o aluno que em cada semestre, cumulativamente, registrar isoladamente por disciplinas:

- frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), durante o período de desenvolvimento das atividades pertinentes;
- conceito igual ou superior a R (REGULAR), obtido como resultado total da Avaliação Geral do Conhecimento (AGC), conforme estabelecido em Resoluções específicas do Ministério da Educação, Universidade Federal do Pará através do Colegiado do Curso de Graduação em Enfermagem.

O conceito SA (Sem Avaliação) será atribuído ao discente que não cumprir as atividades programadas.

Registrar-se-á SF (Sem Frequência) no histórico escolar quando o discente não obtiver a frequência mínima exigida.

A Avaliação Geral do Conhecimento (AGC) do aluno em cada atividade, resultará da média aritmética das notas obtidas nos procedimentos avaliatórios realizados no período letivo.

É obrigatória a realização de, no mínimo, três procedimentos de atividades avaliatórias.

Aos professores envolvidos no mesmo processo serão atribuídos conceitos pelos alunos e professores do curso

Devendo passar por atualização didático-pedagógica o professor e assistente que:

- obter conceito inferior a B (BOM);
- apresentar índice de conceitos inferior a R (REGULAR) que ultrapasse a 40% (quarenta por cento) do total de alunos por turma do Curso de Enfermagem.

A Avaliação Curricular será programada no início de cada semestre, considerando sua flexibilidade e seus aspectos político-sociais.

Tem por finalidade retratar, a realidade das vivências e a interação multidisciplinar permeadas nesta proposta, visando compatibilizar as diferentes áreas de atuação e os diferentes cenários de ensino-aprendizagem, revalidando ou invalidando procedimentos teórico-práticos realizados e observados no decorrer de todo o processo de desenvolvimento do Curso.

O professor deverá:

1. apresentar à sua turma, no início do período letivo, o plano de trabalho e os critérios das avaliações das atividades;
2. divulgar as notas, debatendo com a turma o resultado das atividades avaliatórias, e entregando-as aos alunos, quando constituírem trabalhos escritos, em um prazo de 10 dias;
3. a entregar das atividades avaliatórias, torna o aluno responsável por sua guarda e conservação.

As atividades avaliatórias serão registradas em atas, com o nome do aluno, sua assinatura, a data de realização da atividade, período e a avaliação em graus numéricos.

A respeito do papel do professor neste processo, podemos afirmar que sua função é organizar sistematicamente uma série gradual e encadeada de situações para que este processo se produza. Esta partirá da própria percepção que o educando tenha do assunto e de sua própria prática. Através da observação e da reflexão, o professor apresentará problemas e atividades-estímulo previamente planejados para desencadear a busca sistemática de respostas que, à medida

que sejam alcançadas, deverão ser sempre submetidas ao teste da prática numa seqüência não interrompida de reflexão e ação de prática-teoria-prática.

4.4 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES/ ESTUDOS E ATIVIDADES INDEPENDENTES.

Com base no entendimento de que currículo, é todo o conjunto de vivências devidamente avaliadas que o aluno desenvolve no seu percurso acadêmico, a inserção de atividades curriculares consideradas relevantes no processo de formação profissional, serão registradas no histórico escolar do aluno, desde que tenham sido respeitadas as exigências, estabelecidas pelo Colegiado do Curso de Enfermagem.

Serão consideradas para efeito de integralização do currículo as seguintes atividades:

- participação em Congressos, Jornadas, Seminários e outros eventos didático-pedagógicos e técnico-científicos, desde que o aluno comprove sua participação, mediante a apresentação de Trabalhos Científicos ou Acadêmicos;
- participação em Projetos de Extensão, desde que tenha vinculação com departamentos da área da saúde e educação, por um período mínimo de 6 (seis) meses consecutivos;
- participação em Projetos de Pesquisa, por um período mínimo de 6 (seis) meses, desde que esteja vinculado a um Departamento de área afim;
- vivência profissional complementar, por um período mínimo de 6 (seis) meses realizada em Unidades Básicas de Saúde, Grupos de Programa de Saúde da Família - PSF e em Unidades Hospitalares, Escolas Profissionalizantes;
- publicação de Trabalhos em documentos oficialmente reconhecidos;
- para o aceite de qualquer uma das atividades citadas, o aluno deverá fazer requerimento ao Colegiado do Curso de Enfermagem, anexando toda a documentação que comprove a seriedade, origem e sua relevância para o desenvolvimento de habilidades, necessárias à formação profissional do mesmo.

Para ter direito ao aproveitamento da atividade, o aluno deverá estar regularmente matriculado no Curso e desenvolver as atividades, sob a supervisão docente ou de assistentes dos serviços com formação em áreas específicas da Enfermagem, Educação ou em outras correlatas.

4.5 LINHAS DE PESQUISA E ARTICULAÇÃO COM ENSINO E EXTENSÃO.

O Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pará, implantado em 1975, está direcionado ao Ensino Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação. Realiza suas atividades acadêmicas em hospitais gerais e especializados, ambulatórios, rede básica de serviços de saúde e comunidade.

No decorrer do tempo ocorreram mudanças significativas em relação ao ensino em virtude da qualificação dos docentes (Mestrado e Doutorado). Com o retorno dos mesmos a disciplina Metodologia da Pesquisa passou a ser ministrada no 1º Bloco da Graduação oportunizando ao aluno conhecimento teórico e prático das etapas da construção do projeto de pesquisa.

É imprescindível enfatizar que as avaliações das disciplinas passaram a ser realizadas por meio de resultados via produção do conhecimento, culminando com o Trabalho de Conclusão de Disciplinas-TCD instituído por professores e apresentados em seminários ao final de cada semestre nas seguintes modalidades: relato de experiência, projetos de pesquisa ou relatórios de pesquisa em forma de pôster, dramatizações, vídeos, fotografias ou apresentação oral.

Na década de 80, teve início a Pós-Graduação “Lato Sensu” com as seguintes temáticas: Enfermagem do Trabalho, Psiquiatria, Metodologia de Ensino, Administração e Enfermagem Médico-Cirúrgica.

Já década de 90 teve início a Pós-Graduação “Stricto Sensu”, em nível de Mestrado, com a primeira turma iniciando em Dezembro de 1992 e a segunda em Fevereiro de 1996, em parceria com a Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ.

Em 1999 a Universidade Federal do Pará firmou convênio com a Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, objetivando ofertar a seus discentes o

Curso de Mestrado em Saúde Pública, que culminou com a defesa das dissertações no ano de 2001.

A partir deste convênio os professores mestrandos ministraram a disciplina Epidemiologia no Curso de Graduação, para discentes ingressantes nos anos de 1998 e 1999, culminando com o “Inquérito epidemiológico” da população da área adscrita à Unidade Básica de Saúde do bairro da Pedreira em Belém/PA.

Esta experiência mostrou-nos a importância da articulação entre Graduação e Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, na busca da elevação do nível de qualidade das pesquisas produzidas pelos acadêmicos. Como indicador desta produção obtivemos o aceite de trabalhos advindos desta parceria na categoria de Temas Livres no 51º Congresso Brasileiro de Enfermagem (Outubro de 1999), concorrendo ao Prêmio Jovem Cientista do Conselho Nacional de Pesquisa CNPq no ano de 2000.

No que se refere às inter-relações entre ensino, pesquisa e extensão, quando presentes, minimizam ou desfazem a dicotomia existente entre o saber pedagógico e o foco da enfermagem.

Diante desse contexto, o Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pará, desenvolve quatro Projetos de Extensão nas comunidades do bairro do Telégrafo, Pedreira e Terra Firme, onde o aluno bolsista recebe orientações do professor coordenador e supervisor. Tais orientações implicam em: consultas de enfermagem, palestras, oficinas, dramatizações e visitas domiciliares às famílias inscritas no projeto.

Quanto a pesquisa, o Curso de Graduação em Enfermagem da UFPa possui grupos de pesquisa, linhas de pesquisa e área de concentração de acordo com o quadro abaixo:

Grupo de Pesquisa	Linhas de Pesquisa	Área de Concentração
Políticas de Saúde e Epidemiologia.	Práticas alternativas de saúde. Saber e práticas da enfermagem no contexto amazônico. Sociedade indígena e Sociedade cabocla. Crenças, Atitudes, Comportamentos e	Enfermagem em Saúde Pública. Enfermagem Obstétrica e Neonatal.

	Necessidades em Saúde. Estilo de Vida e Saúde das Populações. Saúde da Mulher. Saúde do Idoso. Epidemiologia da Morbidade e Mortalidade da Região Amazônica.	Enfermagem em Gerontologia.
Fundamentos da Assistência, Tecnologia e Instrumentação.	Modelos Teóricos para as Intervenções de Enfermagem. Processo de Enfermagem. Tecnologias Alternativas para Assistência de Enfermagem.	Enfermagem Fundamental. Enfermagem Médico-Cirúrgica.
Educação em Saúde	Educação Rural Educação Inclusiva Metodologias da Educação Formação do Professor	Educação

Portanto, o atual Projeto Pedagógico está em consonância com as orientações emanadas do Conselho Nacional de Educação, assim como atende as necessidades sociais da saúde e educação, enfatizando o Sistema Único de Saúde, assegura a integralidade da atenção, a qualidade e a humanização do atendimento ao indivíduo, família e comunidade.

4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é uma prática obrigatória, regulamentada pela Resolução nº 2515/97-CONSEP/UFGA, e deverá ser elaborada sob forma de Dissertação Monográfica e apresentada como produto estruturado para a integralização do Curso.

Neste contexto, o produto expresso é valorável ao nível dos três domínios da aprendizagem: cognitivo, afetivo e psicomotor, que em graus de complexidade crescente, revelam-se pela integração vertical – horizontal dos conteúdos e transversalmente, durante o processo de construção e sistematização do conhecimento.

Diferente das práticas exercitadas nos currículos anteriores, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC passa a ser elaborado pelo aluno, desde o **oitavo semestre** do Curso.

Somados aos aplicativos, sistematizados em momentos de concentração em sala de aula e momentos de dispersão nas aulas práticas realizadas em Ambulatórios, Hospitais, Centros de Saúde, Unidades do Programa de Saúde da

Família e Espaços Educativos, diferentes atividades didático-pedagógicas, expressam-se por exercícios voltados à Pesquisa Básica, Experimental e Aplicada, como consequência dos conteúdos curriculares, estruturados por eixos que integralizados, desenham a árvore temática do Curso de Enfermagem.

Concluída a Dissertação Monográfica, o aluno frente a uma Banca Examinadora, defenderá o trabalho elaborado.

Com vistas à elaboração do TCC, o aluno indicará ao Colegiado um professor do Curso que atuará como orientador, observadas as recomendações exigidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e das linhas de pesquisas estabelecidas neste Projeto Pedagógico.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOFF, Leonardo. Tempo de Transcendência. Rio de Janeiro: Sextane, 2000.

BORDENAVE, Juan. Estratégias de Ensino-Aprendizagem. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. PARECER Nº: CNE/CES 583/2001 Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

CASTANHO, Sérgio. (org) O que há de novo na educação superior: Do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas. SP: Papirus, 2000.

DECRETO nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999. -Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2000. Disponível: <http://www1.ibge.gov.br/default.php>. (capturado em maio/2004).

HADJI. Charles. Da inteligência do desenvolvimento ao desenvolvimento da inteligência. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

HOFFMANN. Jussara Maria Lerch. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 19ª edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.

LOPES, Márcia M. B. Avaliando a Atenção Básica em Municípios Paraenses a partir da Descentralização do Piso de Atenção Básica. Belém, 2001 – Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1998.

MASETTO, Marcos T. Aulas Vivas. 2 ed. São Paulo, MG Ed., 1996.

_____. Competência Pedagógica do Professor Universitário. São Paulo: Summus, 2003.

MASETTO. Marcos T. & ABREU, Maria Célia. O professor Universitário em aula. 10ª ed. São Paulo: MG Ed., 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Departamento de Políticas de Ensino Superior
SESU/MEC. Comissão de Especialistas de Ensino de Enfermagem. Brasília,
1995.

MORIN. Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo:
Cortez, 2000.

Os Cursos de Graduação da Universidade Federal Do Pará. 2002.
<http://www.ufpa.br> (capturado em agosto de 2004).

PARÁ, Secretaria Executiva de Saúde Pública. Diretoria
Operacional/DASE/DAGP. Relatório de Atividades, 2004. Belém.

_____ Divisão de
Apoio a Municipalização, 2004. Boletim – Janeiro 2004. Belém.

_____ Núcleo de
Informação em Saúde, 2004. Sistema de Informações de Agravos de
Notificação/SINAN. Belém.

PARECER Nº:CNE/CES 1.133/2001 – Que trata das Diretrizes Curriculares
Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição.

PERRENOUD, Philippe. Construir competências desde a escola. Porto Alegre:
Artes Médicas Sul,1999.

PNE. Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. Belo
Horizonte: II Congresso Nacional de Educação, novembro de 1997.

RABELO, Edmar Henrique. Avaliação: novos tempos, novas práticas. Rio de
Janeiro: Petrópolis. 1998.

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 3, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001- Institui Diretrizes
Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.

RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002. -Institui Diretrizes
Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em
nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

RESOLUÇÃO CONSEP nº3.186, de 28 de junho de 2004 –I nstitui Diretrizes
Curriculares para os cursos de graduação da UFPA.

TUMELERO, Silvana Marta (org). Política e Diretrizes da Graduação da
UNOESC. Chapecó: Argos editora universitária, 2001.

UFMG. Flexibilização Curricular. Pré-Proposta da Câmara de Graduação. Belo
Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Documento Orientador Para estabelecimento de Diretrizes Curriculares Pará.

_____. Programa de Desenvolvimento Institucional/PDI. Belém, 2003.

VEIGA, I. P. A. – Projeto Político-Pedagógico: uma construção possível. 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.